

# PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA NARRATIVA DA PERVERSIDADE NEOLIBERAL

*Rodolfo Moura Pereira* (UENF)  
[rodolfom.ifes@gmail.com](mailto:rodolfom.ifes@gmail.com)

## RESUMO

O presente trabalho tratou de analisar os discursos oficiais da Presidência da República no Brasil durante o período de pandemia decorrente da infecção da Covid-19. Nosso *corpus* de análise constitui-se dos discursos proferidos pelo então Jair Messias Bolsonaro nos meios de comunicação de massa como a TV aberta e rádio. A fim de direcionar o foco da argumentação para o pensamento filosófico contemporâneo, nossa discussão posiciona-se no eixo do conceito de pós-modernidade do filósofo Zygmunt Bauman e no conceito de banalização do mal ancorado no pensamento de Hannah Arendt. A metodologia desse estudo caracteriza-se por localizar os discursos do presidente no âmbito das ideias de Michel Foucault em sua obra *A ordem do discurso*. Conclui-se que estes discursos são manifestados sob o esteio de valores neoliberais e sua tessitura constituída nas malhas complexas das relações entre a razão administrativa e a moral.

### Palavras-chave:

Foucault. Pós-modernidade. Banalidade do mal.

## ABSTRACT

The present work analyzed the official speeches of the Presidency of the Republic in Brazil during the period of pandemic resulting from the infection of Covid-19. Our corpus of analysis consists of the speeches given by the then president Jair Messias Bolsonaro in the mass media such as open TV. In order to direct the focus of the argument to contemporary philosophical thought, our discussion is positioned on the axis of the post modernity concept of the philosopher Zygmunt Bauman and on the concept of trivialization of evil anchored in Hannah Arendt's thought. The methodology of this study is characterized by locating the president's speeches within the scope of Michel Foucault's ideas in his work *The order of discourse*. It is concluded that these discourses are manifested under the support of neoliberal values and their fabric constituted in the complex meshes of the relations between administrative and moral reason.

### Keywords:

Foucault. Banality of evil. Post modernity.

## 1. *Considerações iniciais*

Em 2020, a crise mundial provocada pelo vírus SARS-CoV e suas variantes, mobilizou todas as nações na busca de formas de seu controle

visando à preservação da saúde e da vida de suas populações. A covid-19 ou doença do corona vírus é uma enfermidade que pode provocar uma síndrome respiratória aguda grave (SRAG), tendo como consequência a morte de significativa parcela dos infectados. No princípio dessa crise sem precedentes nas últimas gerações, havia pouco consenso entre os líderes mundiais sobre as formas de lidar com o problema. Felizmente, no decorrer das semanas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) assumiu seu papel na orientação das nações sobre os procedimentos mais adequados a serem tomados.

Todavia, houve resistência de algumas nações sobre o cumprimento dessas medidas, notadamente, a recomendação de isolamento social, já que essa medida comprometia o funcionamento das economias. Lamentavelmente, o Brasil estava nesse grupo de nações; em nosso caso, não houve consenso entre as decisões tomadas pelo Governo Federal e as direções seguidas por estados e municípios. Esse impasse foi percebido no desejo da Presidência da República de que as atividades econômicas sofressem o mínimo de impacto; em outra direção, gestores estaduais e municipais se mantinham alinhados às recomendações da OMS, que determinava a prioridade do isolamento social. Em consequência o Brasil figurou entre os países com maior número de mortos por Covid-19. Acrescenta-se que, além da resistência quanto às recomendações da OMS, a situação agravou-se em decorrência do Governo Federal optar pelo uso de protocolos contraindicados como o uso de medicações ineficazes.

Diante desse cenário, tendo em vista uma aproximação das conjunturas que conduziram o Brasil por um caminho destoante da maioria das nações e das recomendações da OMS, esse trabalho se debruça sobre os pronunciamentos oficiais da presidência da república durante o período mais crítico de combate à doença. Propõe uma reflexão sobre o problema, buscando, inicialmente, apoio nas ideias de Michel Foucault que possibilitam a arqueologia e a genealogia dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro, com o propósito de desenterrar as estruturas que o norteiam. Seguidamente, procuramos analisar essas estruturas descobertas, tendo como fio condutor a convergência das ideias de Zygmunt Bauman e Hannah Arendt sobre as circunstâncias que podem conduzir a humanidade à prática de atos perversos. Assim, evidenciada a exposição de nossa trama teórica, a questão que motivou este estudo foi: Quais as condições históricas e filosóficas possibilitaram a constituição de discursos que conduziram o Brasil para as posições mais altas do mundo em número de mortos pela Covid-19?

O período compreendido para a análise deste trabalho se revelou entre os mais desafiadores que os regimes republicanos já enfrentaram; governos de todo o mundo tiveram que lidar com uma pandemia, que trouxe em seu bojo um inimigo letal. No interior desse campo de combate, bilhões de pessoas, atônitas, aguardavam informações e orientações sobre o que está acontecendo e o que fazer. Por conseguinte, a legitimidade deste estudo localiza-se na exposição dos impactos e motivações dos discursos presidenciais que se materializam normativamente, influenciando decisões e causando insegurança e confusão em significativa parcela da população.

Reconhecendo o fato de que comportamentos são gerados por uma normatização implicada em discursos de grande poder, sua sedimentação pode ser comprovada pela observação quantitativa e qualitativa de seus efeitos. Em última instância, fala-se aqui de aumento ou diminuição do número de mortos e da adesão ou não da população às medidas efetivas contra a proliferação da doença. Quando recorremos a Foucault (1996) constatamos que o discurso é poder e que esse poder se materializa na vida e no corpo das pessoas. Assim, compreendendo o discurso como um campo de lutas, com influência de mecanismos reguladores e diretamente ligados a momentos históricos, este trabalho tem como objetivo precípuo analisar, a partir da ótica foucaultiana, os pronunciamentos presidenciais oficiais proferidos durante a pandemia de Covid-19 no período de março/2020 até junho/2021, tendo como eixos norteadores as ideias de pós-modernidade de Bauman e da banalidade do mal de Hannah Arendt.

## **2. A análise discursiva de Michel Foucault**

A Análise de Discurso francesa, desde sempre, ocupou um lugar de destaque entre os trabalhos que buscam compreender o dito e o não dito, buscando os significados e as intenções verdadeiras das interlocuções humanas. Nesse universo de teóricos de grande envergadura, Michel Foucault ocupa uma posição de evidência, notadamente após a sua aclamada aula inaugural no College de France, que originou uma obra que será objeto de apoio desse trabalho, a saber, *A ordem do discurso*.

Nos primeiros parágrafos da transcrição desse discurso, que marcou o início de sua carreira no College de France, Foucault introduz uma das ideias que compõe o cerne de seu pensamento sobre a natureza dos discursos e que será desenvolvida pormenorizadamente durante sua apre-

sentação. Nesse momento, habilidosamente, Foucault provoca uma reflexão no leitor quando diz que “ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo” (FOUCAULT, 1996, p. 5). A significância desta passagem, apesar de repousar na simplicidade das palavras, é sobremaneira importante quando analisado seu teor. Indubitavelmente, quando falamos, estamos repetindo um discurso já dito, um discurso que nasceu em outros tempos, sob outra atmosfera histórica, e que, certamente – com outras palavras e outras pretensões –, já foi proferido por outras pessoas.

Ainda no que seria o prelúdio de sua apresentação, o autor destaca que seu objetivo não é o de analisar a origem dos discursos, mas de apontar como esses discursos se organizam e se manifestam e, sobretudo, quais as suas consequências.

Ao pontuar o seu desconforto e temor em adentrar na ordem do discurso, o autor distingue uma dessas vozes que nos precedem e que dizia:

Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém. (FOUCAULT, 1996, p. 7)

Aqui, revela-se a figura das instituições que, em outras palavras, são as vozes que nos precedem e mais: delas vem o poder dos nossos discursos. Discursos estes carregados por palavras que foram suavizadas com o tempo e, não obstante, materializam-se em perigos como lutas, servidões e dominações.

### **3. A arqueologia dos discursos presidenciais**

Durante o período de pandemia, compreendido entre início de março de 2020 até dois de junho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro realizou dez pronunciamentos oficiais. Desse quantitativo, dois foram em datas comemorativas, referentes à independência do Brasil e véspera de Natal. Neste mesmo período, foram realizadas *lives* pela página pessoal do presidente com frequência semanal, sempre realizadas às quintas-feiras.

Diferentemente de discursos de caráter informal, realizados nessas *lives* e em entrevistas, optar pela realização de pronunciamentos oficiais

implica em elaborar um conteúdo discursivo para todo o país, tendo em vista sua transmissão em horário nobre e em todos os meios de comunicação de massa, além de implicar também um caráter de urgência, seriedade e formalidade. A leitura de texto via teleponto, do mesmo modo, confere maior atmosfera de seriedade e autenticidade do discurso. Ressalta-se também o formato monológico do pronunciamento, *i.e.*, sem interlocuções de terceiros ou questionamentos da imprensa.

Essas diferenças que marcam o caráter formal de um discurso oficial também são percebidas na constituição do cenário de fala. Nota-se que nas *lives* do presidente existe um ambiente mais familiar e descontraído, com assuntos previamente definidos a partir dos acontecimentos da semana anterior, presença de música e tom jocoso nas falas. Tomando um caminho diferente de seus antecessores Dilma e Michel Temer, que discursam normalmente sem engessamento do ambiente, o cenário dos pronunciamentos oficiais do presidente Jair Bolsonaro se edifica a partir da presença das bandeiras do Brasil e da República tomando posição de destaque na cena. Com exceção das bandeiras, a paisagem é a mais límpida possível, conferindo grande destaque à figura do presidente que usa terno, a fim de conjurar ainda mais tonalidade de seriedade ao discurso.

Diante desse cenário constituído, é possível vislumbrar alguns mecanismos de controle do discurso. Um cenário oficial implica em uma organização interna de como e quem deve falar. O anúncio de um pronunciamento oficial que antecede sua fala, o semblante de seriedade e o horário nobre corroboram para a ideia foucaultina de rituais de fala.

O primeiro discurso proferido pelo presidente foi curto e realizado no dia 07 de março<sup>1</sup>, sedimentando uma tonalidade de alarme e cautela. Destaca-se pelo zelo com as pessoas e recomenda que todos devem seguir as orientações dos especialistas.

O segundo discurso presidencial, proferido no dia 12 de março de 2020, traz em seu âmago um tom de reconhecimento da gravidade do problema e do papel da Organização Mundial da Saúde (OMS), além da menção de que o Sistema Único de Saúde está em estado de alerta. Em concordância com a OMS, Bolsonaro também menciona a importância de se evitar as aglomerações:

---

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-sobre-o-coronavirus> (pronunciamento oficial 07/03/20)

[...] Há também recomendação das autoridades sanitárias para que evitemos grandes concentrações populares. Queremos um povo atuante e zeloso com a coisa pública, mas jamais podemos colocar em risco à saúde da nossa gente. (pronunciamento oficial de 12/03/2020<sup>2</sup>)

Na revelação desses dois primeiros pronunciamentos descortina-se a presença dos chamados mecanismos de rarefação do discurso (Cf. FOUCAULT, 1996). Nessa oportunidade, Bolsonaro assume a figura de um comentarista, transmitindo palavras de reconhecimento e cautela com a crise, o que é esperado para um líder mundial ao se pronunciar sobre uma crise de proporções internacionais. Nesse sentido, percebe-se aliada um alinhamento aos discursos proferidos por outros líderes mundiais, ampliando a ideia de um discurso de autoria externa. Sua menção ao uso dos protocolos das autoridades sanitárias busca apoio ideológico no mecanismo de rarefação das disciplinas, uma vez que reconhece o valor dos saberes científicos.

No dia 15 de março de 2020 estavam marcados movimentos a favor de seu governo, nesse sentido, em seu discurso, o presidente pede que isso seja repensado por seus apoiadores, que mesmo assim realizaram o ato e contaram com a presença de Bolsonaro. Sua prática demonstra um desalinhamento com a prudência conjurada em seu discurso, o que é um indicativo da ideia de seleção cuidadosa de palavras, o que pode ser entendido como uma manifestação do que Foucault (1996) chama de interdição, caracterizada por “tabus do discurso”, como já vimos, um mecanismo de exclusão que caracteriza o que pode e não pode ser dito, neste caso, no campo da política.

Doze dias depois (24/03/20), tínhamos um novo discurso presidencial com uma mudança perceptível de uma tonalidade ora alinhada às orientações da OMS, para um discurso que minimizava os efeitos do vírus, atribuindo os casos de maior gravidade às pessoas com mais de 60 anos. Salientou também que a crise observada na Itália, àquela época, e que ampliou a preocupação com a pandemia em todo o mundo, foi causada pelo fato do grande número de idosos em sua população. Essa argumentação, que suaviza a pandemia, abre espaço para um discurso que se volta para as consequências das medidas restritivas orientadas pela OMS para a economia do país:

[...] o vírus chegou está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar, os empregos devem ser mantidos, o sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade.

---

<sup>2</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=UzRMaX2LwYY>.

Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de “Terra arrasada”, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. (pronunciamento oficial 24/03/20<sup>3</sup>)

Esse pronunciamento foi alvo de grande polêmica quando, em dissonância com as orientações da OMS, o presidente em tom jocoso faz referência à Covid-19 como uma “gripezinha” ou “resfriadinho”, completando sua fala ao dizer que decorrente do seu histórico de atleta, caso fosse contaminado, nada sofreria.

Nesse polêmico discurso o presidente inicia sua campanha pelo uso da medicação cloroquina, dizendo que a comprovação científica de sua eficácia estaria sendo buscada por instituições renomadas como o Food and Drug Administration (FDA) nos Estados Unidos e o pelo Hospital Albert Einstein no Brasil.

Obviamente, essa referência às instituições de pesquisa tem a pretensão de legitimar o uso da referida medicação, tomando como esteio o prestígio dessas instituições científicas. Esse apelo está ligado ao reconhecimento do método científico pela sociedade, mediante discursos produzidos no campo excludente da organização das disciplinas científicas (Cf. FOCAULT, 1996).

Esse terceiro pronunciamento marca oficialmente a digressão tomada pelo discurso presidencial no sentido de uma argumentação que vai ao encontro de pressupostos neoliberais. Salienta-se que essa digressão tornar-se-á a linha fundamental de argumentação presente nos discursos que estariam porvir.

Esta guinada na posição presidencial, quanto às abordagens mais indicadas no trato da situação de calamidade na saúde, remete a um mecanismo de exclusão alinhado à vontade de verdade. Segundo Foucault (1996) esse sistema tem maior potência nos discursos e, frequentemente, se sobressai sobre os outros mecanismos de exclusão. Nesse sentido, essa vontade de verdade que erige no terceiro pronunciamento, caracteriza uma violência que se materializa no controle dos corpos dos trabalhadores, que os corrompe a manterem suas atividades laborais, tendo como finalidade última, a manutenção das atividades econômicas do país. Esse mecanismo impositivo terá uma presença massiva nos pronunciamentos subsequentes, como veremos a seguir.

---

<sup>3</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=Vl\\_DYb-XaAE](https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE).

No dia 31 de março, sob pressão da classe empresarial, Bolsonaro se dirige oficialmente mais uma vez à nação. Desta vez, busca alinhamento de suas ações às falas do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, dizendo que

[...] minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego violência e fome. Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias. As medidas protetivas devem ser implementadas de forma racional responsável e coordenada nesse sentido o senhor Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS disse saber que “muitas pessoas de fato têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário” e que “os governos têm que levar esta população em conta”. Continua ainda “se fecharmos ou limitarmos movimentações o que acontecerá com essas pessoas que têm que trabalhar todos os dias e que tem ganhar o pão de cada dia todos os dias?” Ele prossegue: “então cada país baseado em sua situação deveria responder a essa questão” O diretor da OMS afirma ainda que “com relação a cada medida temos que ver o que significa para cada indivíduo nas ruas”, e complementa “eu venho de família pobre eu sei o que significa estar sempre preocupado com o seu pão diário, isso deve ser levado em conta porque todo indivíduo importa. A maneira como cada indivíduo é afetado pelas ações tem que ser considerada”. Não me valho dessas palavras para negar a importância das medidas de prevenção e controle da pandemia, mas para mostrar que da mesma forma precisamos pensar nas mais vulneráveis. Essa tem sido a minha preocupação desde o princípio. O que será no camelô, do ambulante, do vendedor de churrasquinho, da diarista, do ajudante de pedreiro, do caminhoneiro e dos outros autônomos com quem venho mantendo contato durante toda a minha vida pública. [...] determinei ainda ao nosso ministro da economia que adotasse todas as medidas possíveis para proteger sobretudo o emprego e a renda dos brasileiros fizemos isso através de ajuda financeira aos estados e municípios linhas de crédito para empresas auxílio mensal de 600 reais aos trabalhadores informais e vulneráveis. (pronunciamento oficial 31/03/2020<sup>4</sup>)

Nesse sentido, o presidente se apropria das palavras do diretor-chefe da OMS na tentativa de validar seu discurso alinhado à valores neoliberais, no entanto, Bolsonaro omite a parte inicial do discurso do Dr. Tedros que afirma que os governos devem se responsabilizar pela assistência daqueles que precisam ficar em casa durante a pandemia<sup>5</sup>. Vale ressaltar que o auxílio emergencial citado pelo presidente nesse mesmo discurso foi produto de uma mobilização do congresso nacional, sendo, portanto, uma iniciativa do poder legislativo.

---

<sup>4</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=16RR2rG\\_AKA](https://www.youtube.com/watch?v=16RR2rG_AKA).

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/bolsonaro-cita-discurso-de-diretor-da-oms-e-omite-trecho-sobre-assistencia-as-pessoas-que-ficaram-sem-renda.ghtml>

Novamente, percebe-se, pela manipulação das palavras do diretor-chefe da OMS, o uso do mecanismo de exclusão que exerce controle sobre o verdadeiro e o falso. Se por um lado, Bolsonaro assume o papel de um comentarista, buscando assim maior legitimidade em suas palavras, por outro, exclui do próprio discurso apropriado os trechos que não condizem com sua ideia de “verdade”.

Após, mais uma vez, fazer referência à medicação cloroquina, que já vinha sendo abandonada pela comunidade científica como pretensão de tratamento contra a doença, Bolsonaro mais uma vez faz uma menção à importância de fazer a economia retornar ao seu movimento necessário:

[...] nós temos que evitar ao máximo qualquer perda de vida humana, como disse o diretor-geral da OMS “todo indivíduo importa”. Ao mesmo tempo devemos evitar a destruição de empregos que já vem trazendo muito sofrimento para os trabalhadores brasileiros na última reunião do G20 nossa os chefes de estado e de governo nos comprometemos a proteger vidas e a preservar empregos, assim o farei.<sup>4</sup>

No dia 08 de abril, em pronunciamento semelhante ao anterior, o presidente inicia em tom empático enfatizando sua solidariedade com as famílias que perderam vidas, conduzindo suas palavras, em seguida, para o fato de que os problemas da economia devem ser tratados simultaneamente à calamidade instaurada na saúde pública. Novamente o presidente busca erigir sua narrativa tomando emprestadas as palavras de Tedros Adhanom, no sentido de que cada país possui suas particularidades e, portanto, formas diferentes de lidar com a pandemia. O diferencial desse pronunciamento se situa na ampliação da defesa da medicação cloroquina quando coloca que

[...] as consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença. [...] após ouvir médicos, pesquisadores e chefes de estado de outros países passei a divulgar os últimos 40 dias a possibilidade de tratamento da doença desde sua fase inicial. Há pouco conversei com o doutor Roberto Kalil, cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o juramento de Hipócrates ao assumir que não só usou a hidroxicroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. “Todos estão salvos” disse, mais que mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes ministrou o medicamento agora para não se arrepende no futuro. Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao doutor Kalil. Temos mais boas notícias fruto de minha conversa direta com o primeiro-ministro da Índia. Receberemos até sábado a matéria-prima para continuarmos produzindo a hidroxi-

cloroquina de modo a podemos tratar pacientes da COVID-19 bem como malária lúpus e artrite. (pronunciamento oficial 08/04/20<sup>6</sup>)

No dia 16 de abril<sup>7</sup>, Bolsonaro convoca a imprensa para um discurso em que anunciaria a troca do comando do ministério da saúde. Após divergências sobre a condução das ações do ministério da saúde durante a pandemia anuncia a demissão do ministro Luiz Henrique Mandetta. O motivo da demissão se situa na posição do ministro em alinhamento com as recomendações sanitárias da OMS, notadamente, para o isolamento social e alertas sobre a ineficácia do tratamento precoce com medicações derivadas da cloroquina. Neste mesmo evento, anuncia a chegada do médico oncologista Nelson Teich para comandar o ministério da saúde. É imperioso colocar que Teich também se manteve alinhado às recomendações da OMS, sendo demitido 29 dias após assumir a pasta, especialmente por se negar a atender um pedido da presidência para alteração do protocolo de tratamento da Covid-19 do SUS, permitindo o uso da cloroquina desde o início do tratamento da doença. Vale ressaltar que, até julho de 2021 houve a passagem pelo ministério de mais 3 ministros da saúde.

No dia da independência do Brasil<sup>8</sup>, em novo pronunciamento oficial em horário nobre, nenhuma menção foi feita à pandemia. No dia 07 de setembro de 2020 o número de vidas perdidas já alcançava a marca 127001 pessoas. A ausência de qualquer menção à pandemia nesse discurso parece ir ao encontro da estratégia adotada pelo governo no dia 07 de junho de 2020 de não mais divulgar o número de mortos pela doença, dadas as repercussões negativas que a gestão do período de calamidade da saúde tinha atingido. Nesta época, a imprensa assumiu esse papel, formando um consórcio que buscava computar essas informações a partir de dados obtidos junto às secretarias de saúde estaduais.

Na véspera de Natal o pronunciamento oficial foi conduzido em um cenário diferente, que nos remete à ideia de valores familiares. Além de um ambiente que parecia a residência oficial do presidente, a presença da primeira-dama que chegou a discursar, do mesmo modo reforça essa tonalidade afetiva. Assim, em um discurso em clima natalino, Bolsonaro destacou as ações do governo no combate à pandemia, dentre elas, o auxílio emergencial, compra de equipamentos para o SUS, crédito às

---

<sup>6</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=rtJBWypjGGA>.

<sup>7</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=0pWnHI0YleA> (pronunciamento oficial 16/04/20).

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=mEwJENHV1cY> (pronunciamento oficial 07/09/20).

micro e pequenas empresas e custeamento de parte dos salários dos trabalhadores. Acrescentou que “(...) essas ações têm ajudado nosso Brasil a seguir rumo ao progresso e ao desenvolvimento; sendo, inclusive, referência para outras nações” (pronunciamento oficial 24/12/20<sup>9</sup>).

Passaram-se, então, quase três meses até que o presidente voltasse a se pronunciar oficialmente em horário nobre. Assim, no dia 23 de março de 2021<sup>10</sup> houve um retorno que fez uma breve menção à dupla missão assumida pelo governo, qual seja, de lidar em concomitância com a doença e gerir a economia. No prosseguimento do pronunciamento, notou-se, pela primeira vez em um momento oficial, à menção às vacinas, e nenhuma menção à tratamentos precoces. Seguiu-se o pronunciamento a partir de destaques de parcerias com laboratórios e instituições fornecedoras de vacinas como a farmacêutica Pfizer e a universidade de Oxford, anunciando somas de centenas de milhões de reais que garantiriam um total de 500 milhões de vacinas até o fim de 2021.

Essa nova digressão discursiva, incluindo as vacinas e excluindo o uso da medicação cloroquina, marca novamente a presença do mecanismo da interdição, além de ir ao encontro do que Foucault (1996) chama de “condição de possibilidade do discurso”. Uma vez que foram totalmente falhas as tentativas de legitimação científica de tratamentos precoces, parece que o clamor popular surgido em meio ao reconhecimento da vacinação como a solução mais eficiente para o controle da doença teve uma forte influência a partir desse pronunciamento oficial. Nesse sentido, falar em tratamento precoce tornou-se um tabu a ser evitado em falas oficiais.

O último pronunciamento analisado até a data de fechamento desse trabalho ocorreu no dia 02 de junho de 2021. Bolsonaro inicia em tom comedido anunciando seus sentimentos por cada vida perdida no país. Segue reforçando a atuação do governo na vacinação da população, destacando a marca atingida de 100 milhões de doses de vacina para os brasileiros. Destaca ainda que o Brasil é quarto país que mais vacina no mundo. Aqui, faz-se necessário uma ressalva quanto a esse número; considerando que o Brasil é dos países mais populosos do mundo, quando tomamos os números da vacinação de forma absoluta, é de se esperar que o país realmente esteja entre aqueles que mais vacinam sua população, no entanto, tomando esses números sob uma análise relativa, ou

---

<sup>9</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=ZL9rvyFN940>.

<sup>10</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=9lkEmxeTI-8> (pronunciamento oficial 23/03/21).

seja, medindo o percentual de pessoas vacinadas, nossa posição, nas proximidades da data desse pronunciamento, estava em 78º lugar<sup>11</sup>. Dentre todos os pronunciamentos observados até aqui, este foi o que teve uma conotação política mais expressiva, percebida pelo enaltecimento das ações do governo e menções analíticas com programas de governos de oposição, como a comparação feita onde destaca que o volume financeiro gasto com auxílio emergencial equivaleria a 10 anos de pagamentos de bolsa-família (um conhecido programa social de governos do partido dos trabalhadores). Houve também o enaltecimento do recorde histórico atingido pela bolsa de valores, o lucro recorde da caixa econômica federal, além do destaque para a lucratividade das empresas estatais em geral.

#### ***4. A edificação discursiva neoliberal***

Na busca de determinar o horizonte fundante dos pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro, remetemo-nos, nessa seção, à genealogia das ideias neles contidas, buscando situar nossos achados nas ideias de pós-modernidade do filósofo/sociólogo Zygmunt Bauman e nas ideias sobre banalidade do mal da pensadora Hannah Arendt.

A partir da ideia foucaultiana de que os discursos são reproduções daquilo que já foi dito, que são concebidas em um momento histórico particular, percebe-se nos pronunciamentos oficiais da presidência da república um estreito alinhamento com valores inerentes ao neoliberalismo. Diante desta constatação, cabe assumir aqui uma busca pelas origens desse discurso.

Partindo nossa contextualização histórica a partir do início da crise do sistema feudal no século X, estabelecemos aqui o início de um percurso que chegaria até os dias atuais naquilo que é conceituado de neoliberalismo. Afinal, o fim do feudalismo foi fundamental para o desabrochar de uma economia baseada no comércio. Já no fim da idade média, essa atividade econômica já havia tomado uma proporção tal que já permitia aos estados sua consolidação econômica. Assim, nasce um sistema econômico conhecido com mercantilismo, que tinha entre seus pressupostos o controle absoluto da atividade econômica pelo estado.

Já no século XVI, vozes que eram contrárias a esse controle estatal já se faziam presentes. Nesse contexto, o sentimento de limitação

---

<sup>11</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56680167> (Posição do Brasil no ranking global de vacinação).

promovido pelo estado começou a ser questionado com maior vigor no século XVIII pelos pensamentos de François Quesnay que também advogava que a verdadeira atividade produtiva estava envolvida na agricultura. No entanto, credita-se formalmente a ideia do liberalismo econômico ao filósofo/economista Adam Smith, já que esse pensador, a partir das ideias difusas já produzidas, buscou sua ampliação e sistematização (HELBRONER, 1996).

Assim, o pensamento de Adam Smith conferiu um status de ciência para a economia. Entre seus pressupostos, destacam-se: a ideia da “mão invisível” do mercado, i.e., a ideia de que o mercado possui os seus próprios meios de regulação; a chamada lei da oferta e da procura e, por fim, a livre concorrência (HELBRONER, 1996). Acrescenta-se a esse cenário histórico as mudanças sociais e econômicas provocadas pela revolução industrial que impulsionaram ainda mais as ideias de Adam Smith.

Ainda no século XVIII, a filosofia também atravessava por um período de grandes mudanças que culminaram no movimento iluminista. Tal movimento foi uma mola propulsora para as revoluções burguesas que já estavam em vias de eclosão. Dessa forma, tomados pelos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, milhares de pessoas na França se rebelaram contra o governo. O desfecho das revoluções burguesas, como a francesa, foi o de uma ampliação sem precedentes do poder da burguesia.

A partir de então, uma nova conformação social, econômica e política foi estabelecida diante dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade. Em sequência o mundo globalizou-se, diminuindo suas fronteiras e abrindo espaço para o sistema econômico contemporâneo nomeado de neoliberalismo, que não é outro senão uma adaptação dos pressupostos do liberalismo clássico para as condições de um mundo globalizado. Encontramos, portanto, nessa conjuntura histórica, o bojo dos pensamentos que tacitamente fundamentam pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro.

Desvela-se assim, o caráter de acontecimento dos discursos presidenciais, em oposição à sua condição de criação; em outras palavras, evidencia-se a voz suave do liberalismo econômico se pronunciando nos discursos do presidente. Dessa forma é possível observar o que Foucault (1996) coloca como o princípio da desarticulação e isolamento do discurso, tornando evidente o seu caráter de descontinuidade e regularidade.

O método foucaultiano nos permite determinar com precisão como algumas decisões presidenciais estão estreitamente alinhadas com princípios neoliberais. Nesse contexto destaca-se especialmente sua tentativa de promover uma medicação ineficaz para o tratamento da covid-19. Tal decisão pode ser compreendida a partir do seguinte ponto de vista: de posse de uma suposta solução, que já estava pronta para o problema, não se fazia necessária interrupção da economia por meio dos procedimentos de isolamento social; outrossim, o estado não precisaria financiar o auxílio emergencial. A “mão invisível” do mercado também fica evidente na forma de pressão da classe empresarial para o retorno das atividades econômicas.

Seguindo na trilha de Foucault (1996) sobre a genealogia e contexto histórico do discurso, direcionemos nossa discussão sobre o conceito de pós-modernidade de Bauman e da banalidade do mal de Hanna Arendt.

É consensual na comunidade filosófica, notadamente diante dos pressupostos levantados pela primeira geração de filósofos da escola de Frankfurt, de que a modernidade trouxe consigo uma crise da razão. Essa crise se caracteriza por um desdobramento conhecido como razão instrumental, que não é caracterizada senão pela conformação perniciosa que a razão adquiriu a partir da constatação de que essa razão instrumental é opressora e dominadora do homem (ADORNO; HORKHEIMER, 1986).

Diante desse contexto, Bauman (1997) afirma que a sociedade se encontra hoje no período da pós-modernidade, qualificado pela consciência do fracasso da modernidade. Essa consciência implica na descrença das pessoas de forma generalizada nas normas e instituições, além de uma preocupação excessiva com questões administrativas da vida que leva o ser humano a distanciar-se da reflexão moral. Fala-se aqui de um contexto onde as pessoas, excessivamente atarefadas e corrompidas por um modo de vida consumista, declaram-se livres e desobrigadas a seguirem qualquer normatização, com exceção, é claro, das leis do mercado.

É nessa perspectiva histórica pós-moderna que nascem os discursos de Jair Bolsonaro; em uma sociedade incapaz de reflexões mais profundas sobre atos morais, possibilitando, portanto, a manifestação da perversidade nesses atos.

Nesse sentido, Arendt (1999) pontua que o mal é administrativo e banal; na direção contrária, afirma que o bem é profundo e radical. O que

Arendt quis dizer com isso é que a prática do bem requer uma reflexão moral profunda e impõe no sujeito uma pré-disposição a desvencilhar-se de seu envolvimento com a vida cotidiana, a fim de chegar a conclusões manifestadas por uma razão crítica, ao passo que, para se manifestar, o mal necessita apenas da abstenção desse pensamento crítico.

Tomemos como exemplo a figura de Adolf Eichmann e o seu papel no encaminhamento dos judeus para os campos de concentração de Auschwitz. Durante seu julgamento em Jerusalém, Eichmann repetidas vezes afirmou que não matou sequer um judeu, mas que apenas cumpria as ordens do Fuhrer. Sem colocar em questão a culpa inerente aos atos de Eichmann, Arendt (1999) conclui que ele era um sujeito normal, um típico cidadão alemão, com um emprego e uma família e que almejava visibilidade em sua carreira; ou seja, era um sujeito trivial e, como tantos outros, tomado pelas burocracias laborais e incapaz de pensamento crítico. Conclui que o mal praticado por ele é administrativo e pode ser observado com frequência em nosso cotidiano; em outras palavras, a partir do caso extremo de Eichmann, Arendt conclui que o mal é banal.

Ampliando as reflexões de Arendt, Bauman (1998) aponta o holocausto como o exemplo mais extremo onde a violência da racionalidade instrumental manifesta-se com maior intensidade, direcionando sua discussão para a forma como a preocupação moderna voltada para a eficácia no cumprimento das tarefas cotidianas materializa-se em racionalidade administrativa, constituindo-se em um meio profícuo para a origem da perversidade.

Todavia, quando pensamos que o presidente Bolsonaro não possui figura superior alguma a quem lhe deva obediência, é pertinente questionar se os pensamentos de Arendt e Bauman poderiam ser uma via de compreensão para o fato de que suas decisões administrativas já alcançaram a marca de mais de 525 mil mortos.<sup>12</sup> Apesar de não ser conhecida uma figura humana que dite ordens ao presidente, não obstante, as configurações de uma vida pós-moderna, além do pensamento neoliberal, ordenam suas atitudes com uma voz oculta que o precede, de tal maneira que decisões são tomadas sem reflexão crítica. Nesse caso, nota-se, sobretudo, um agravante no fato do presidente acreditar que suas decisões são um produto autêntico de seus pensamentos.

---

<sup>12</sup> Número obtido até a conclusão deste artigo em 05/07/21.

Os números não negam; tomados sob o ponto de vista absoluto ou relativo, o Brasil está entre os países com maior número de mortes por covid-19. Tal fato é imperativo em demonstrar que a gestão da crise da doença por aqui foi mal gerida sob o ponto de vista humanista, *i.e.*, colocando a vida humana acima de qualquer interesse do mercado.

## 5. *Considerações finais*

A análise discursiva dos pronunciamentos oficiais da Presidência da República revelou o teor neoliberal desses discursos, apontando contradições entre o dito e o praticado, evidenciando que a doença em si não foi o foco principal das ações governamentais. Nesse sentido, nota-se que existia uma preocupação de alinhamento desses discursos aos sistemas de exclusão e rarefação descritos por Foucault no sentido de passar ao público brasileiro a ideia de que a atuação do governo se direciona para o combate à doença. No decorrer dos nossos achados a resposta para a indagação do porquê especificamente os discursos se constituíram desta forma e não de outra, aponta para a concordância com o contexto histórico-político que condiciona a possibilidade desses discursos; em outras palavras, foram realizados discursos possíveis, em sua maior parte, alinhados a um jogo demagógico de manipulação de palavras que encobria a voz oculta do neoliberalismo.

Segundo a tessitura teórica erigida nesse estudo, a ressonância das pessoas com a razão administrativa decorrente da pós-modernidade, acrescentada ao estado de alienação neoliberalista constituem o verdadeiro inimigo a ser combatido. Assim como Hannah Arendt não questionou a culpa e a responsabilidade de Eichmann pela morte de milhares de judeus, de modo algum as proposições aqui encadeadas eximem o presidente de sua responsabilidade pela morte de meio milhão de brasileiros. A questão a ser colocada que finda essa reflexão é: Se Bolsonaro fosse destituído de seu poder, a sociedade brasileira teria segurança para acreditar que outros gestores que colocam os interesses do mercado acima da vida jamais encontrarão espaço para governar novamente o Brasil?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

BAUMAN, Z. *Ética pós-moderna*. Trad. de João Resende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e holocausto*. Trad. de Marcus Penchel. São Paulo: Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Trad. de Therezinha M. Deutsch; Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova cultural, 1996.